

ALFABETIZAÇÃO E SURDEZ: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA CURRICULAR DA BNCC

Vanuza rocha da Silva ¹
Anna Carolyne Queiroz Alves ²
Emmanuella Faissalla Araujo da Silva ³
Ritha Cordeiro de Sousa e Lima ⁴

RESUMO

O presente artigo visa problematizar qual a existência da educação de surdos e seus processos na Base Nacional Comum Curricular- BNCC. Para isso, a proposta é analisar o discurso presente na BNCC e refletir o quanto as demandas surdas podem ser atendidas dentro desse contexto, relacionando documentos de reivindicações surdas ligados à educação e pensando acerca de possibilidades de vínculo com a Base Nacional. Assim, pretendemos questionar sobre possíveis pontos de vista do documento relativos ao indivíduo surdo, estabelecendo e relacionando algumas visões, tanto inclusivas como culturais sobre a surdez e refletindo sobre temas ligados às culturas surdas nesse movimento, como Libras, educação bilíngue, pertencimento à comunidade e o histórico surdo de lutas por direitos. Essa análise foi realizada por meio de diálogos com autores que se sustentam tanto nos Estudos Culturais quanto aos autores que produzem uma análise de discurso com base foucaultiana. Os resultados apontam a não-existência de aspectos relacionados à surdez e a pessoa surda. Essa ausência impacta diretamente em todo o fazer pedagógico, bem como no processo de escolarização de pessoas surdas.

Palavras-chave: Surdo, Alfabetização, Currículo, Ensino, Aprendizagem

INTRODUÇÃO

Historicamente a situação linguística das pessoas surdas foi marcada por metodologias que destituíram seu direito linguístico. A grosso modo, inicialmente as pessoas surdas foram submetidas ao método do Oralismo, que proibia a instrução a partir da língua de sinais, impondo a articulação da fala e instrução por meio da oralidade. Em seguida, o método da Comunicação Total foi instaurado e contava com imagens e o uso do alfabeto manual no processo educacional de surdos. Por fim, a abordagem bilíngue foi estabelecida para a educação de surdos brasileiros (Rocha, 2007). Por bilinguismo nos ancoramos na definição de Quadros (2019) como sendo a presença de duas línguas distintas, em contextos distintos, por profissionais distintos.

¹ Graduanda pelo Curso de Letras Libras – Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, silvarochavanuza@gmail.com

² Graduanda pelo Curso da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Carolynequeiroz98@gmail.com.

³ Graduando pelo Curso de Letras Libras – Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, emmanuellafaissalla@yahoo.com.br.

⁴ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Professora de Libras na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Tradutora e Intérprete de Libras no Instituto Federal de Educação da Paraíba – IFPB, ritha.lima@ifpb.edu.br.

A Lei 10.436/02, também conhecida como a Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais), foi um marco importante para esse reconhecimento e bilinguismo das pessoas surdas no Brasil. Essa legislação reconhece a Libras como a língua da comunidade surda brasileira e estabelece a garantia de acesso da pessoa surda à educação, à saúde e à comunicação, assegurando o uso e difusão da língua de sinais. No cenário educacional das pessoas surdas, o oralismo já não pode mais ser considerado uma realidade. Após anos de estudo e luta por parte dessa comunidade, o ensino bilíngue foi oficialmente reconhecido pelo Decreto Federal nº 5.626/2005.

Este decreto abrange diversas questões, entre as quais a obrigatoriedade de as escolas fornecerem uma educação bilíngue para alunos surdos. Reconhecendo a importância de conceder aos surdos a oportunidade de desenvolver proficiência em duas línguas: a Língua de Sinais como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2), esta última exclusivamente na modalidade escrita. Essa abordagem educacional busca proporcionar um ensino que respeite e valorize a língua natural dos surdos, que é a Língua de Sinais, ao mesmo tempo em que oferece acesso à língua majoritária para a participação plena na sociedade.

Diante do exposto, trazemos para análise a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, a luz da discussão sobre Alfabetização e Surdez, examinando como as diretrizes e abordagens propostas pela BNCC podem ser pensadas para construir uma educação apropriadas às especificidades que valorize a diversidade linguísticas e culturais das pessoas surdas garantindo uma abordagem eficaz no processo de alfabetização

A BNCC (BNCC, 2017, p. 7) é um documento que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades que todos os alunos da Educação Básica no Brasil devem desenvolver ao longo de sua trajetória escolar. Norteia os professores nos caminhos metodológicos de ensino em todo o Brasil, como o nome explana ele é basilar, é nacional e comum a todas as instituições de ensino pública e privada.

Delineando, garantir a equidade e qualidade da educação, propondo alcançá-las por meio de um conjunto de aprendizagem e desenvolvimento priorizando a instrução do processo educativo a que todos têm direito, o documento BNCC (2017, p. 9-10) traz em seu escopo inicial 10 (dez) Competências gerais que são fundamentais para formar cidadãos críticos e éticos além de nortear e prepará-los para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea. Elas orientam a prática educativa em direção a uma formação mais abrangente e integral do indivíduo.

EDUCAÇÃO INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO DA LÍNGUA PARA A CRIANÇA SURDA: À LUZ DA BNCC

A responsabilidade é da escola em transformar o ambiente educacional, muitas vezes traumático, em um espaço acolhedor e afetivo, especialmente, no início do processo educacional infantil. No escopo do BNCC (2017) analisando a acerca da primeira etapa da Educação Básica (Educação infantil) traz por meio de orientações competências e habilidades, que são um conjunto de eixos estruturantes de interações e brincadeiras, devendo assegurar seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento comum que são inerentes a crianças surdas e ouvintes, como, Conviver; Brincar; Participar; Explorar; Expressar; e Conhecer-se, destrinchados nos cinco campos de experiências: EO= O eu, o outro e nós, CG= Corpo, gesto, e movimento, TS= Traços, sons, cores e formas, EF= Escuta, fala, pensamento e imaginação, ET=Espaços, tempos, relações, e transformação).

Na tabela abaixo é possível observar que cada eixo estruturante atende a um campo de experiência que vai nortear o professor a desenvolver ações considerando a faixa etária da criança, a série e o pilar de conhecimento a ser desenvolvido. (BNCC, 2017, p. 26).



Fonte:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

É fundamental salientar a necessidade de uma abordagem educacional abrangente, que reconheça e aprecie a variedade de experiências e formas de expressão, especialmente adaptada para atender às necessidades da criança surda, conforme preconizado no documento. Essa abordagem destaca a importância de criar um ambiente social que promova o desenvolvimento da identidade e compreensão do mundo para a criança surda. Diante do exposto, ressalta-se a relevância de abordar de maneira significativa os aspectos relacionados aos diversos campos de experiências, a fim de favorecer o seu desenvolvimento

linguístico e social. Traremos à luz da discussão um dos campos de experiência Escuta, Fala e Pensamento e faremos um comparativo sobre as abordagens a serem desenvolvidas para a criança surda no contexto educacional.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO		
Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
(EIO1EF01) Reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer os nomes de pessoas com quem convive.	(EIO2EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.	(EIO3EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.

Fonte: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf.

Reconhecer a importância do lúdico nos processos de aquisição linguística implica considerá-lo na ótica das crianças, permitindo que ele seja vivenciado na sala de aula de maneira espontânea, proporcionando-lhes espaço para sonhar, fantasiar, concretizar desejos e vivenciar a autenticidade da infância.

As habilidades: EIO1EF02; EIO1EF03; EIO2EF02 (BNCC, 2017, p), confirmam que a perspectiva oralista no contexto educacional é favorável para a criança ouvinte e seu desenvolvimento comunicacional. Desde o nascimento, a criança ouvinte é imersa no contato com a oralidade no contexto familiar e escolar, proporcionando-lhe a oportunidade de adquirir naturalmente sua língua, desenvolvendo a habilidade de falar por meio de um sistema biológico que facilita sua integração no processo de aquisição da linguagem oral.

Nesse sentido, a criança ouvinte escuta e atribui significado ao que ouve. Esse processo não apenas facilita a realização de trocas comunicativas, mas também permite que a criança vivencie as situações em seu entorno, desenvolvendo assim uma língua eficaz e construindo sua própria linguagem, facilitando a compreensão do mundo ao seu redor.

Oportuno destacar, que a maioria das crianças que possuem surdez, frequentemente, não é introduzida à cultura surda e à língua de sinais de imediato. Isso é comum, em grande parte, devido à elevada ocorrência de crianças surdas em famílias de ouvintes. Conseqüentemente, nas famílias com crianças surdas, a influência predominante muitas vezes decorre da língua oral utilizada pelos membros da família e pelos pais, em virtude da abordagem oralista.

Em razão disso, depreendemos e mais uma vez enfatizamos que assim como qualquer língua, é crucial que esta seja introduzida na vida da criança surda durante os três primeiros anos de vida, permitindo que ela a assimile de maneira natural. Contudo, diante da realidade do nosso país, a detecção precoce da surdez nem sempre ocorre nos primeiros doze meses de vida, o que resulta em um acesso tardio à língua de sinais. Quando a criança surda é ingressada na escola e por muitas vezes inserida no mundo alfabetizador que não direciona o seu ensino pautado em sua língua, prejudicando o desenvolvimento pessoal e intelectual em relação aos demais alunos. Somente quando são inseridas no meio educacional bilíngue é que ela vai desenvolver a sua língua.

Compreendemos, portanto, que a língua e a inserção no universo alfabetizador bilíngue são fundamentais para a comunicação e, principalmente, para a formação de sua identidade. Ao analisar a BNCC, que norteia os parâmetros de ensino de todas as escolas do Brasil observamos que ela tem uma perspectiva de ensino alfabetizador oral-auditiva, ou seja, todo o processo de ensino, estratégias e orientações para o processo de alfabetização está pautado no método oralista, esquecendo dos grupos de minorias como autistas, deficientes intelectuais, e o foco da discussão desse estudo, os surdos.

A tabela acima apresentada aponta um dos campos de experiência, percebe-se, portanto, uma lacuna na consideração das necessidades e diversidades desses grupos mencionados. O método oralista não é adequado para todos os alunos, sobretudo, para aqueles que possuem necessidades educacionais especiais, como os surdos, que podem se beneficiar significativamente de métodos bilíngues que incluam a Língua de Sinais como primeira língua –L1.

Destacamos, portanto, a importância de incorporar na BNCC a diversidade do conhecimento linguístico, de maneira a promover a multiplicidade de formas de comunicação e aprendizado. Isso implica não apenas considerar as necessidades linguísticas específicas das pessoas surdas, mas também assegurar que as estratégias de ensino estejam fundamentadas nessa língua, a fim de atender à variedade de estilos de aprendizagem. Ao adotar essa abordagem, a BNCC pode se alinhar mais profundamente aos princípios da educação inclusiva, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas características, tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite suas singularidades.

Ao analisar o documento, encontramos menção a Libras e seu ensino para crianças surdas poucas vezes, e conforme é observado na tabela abaixo, na meta 4 não a trata como uma língua que já é reconhecida pela lei 10.436 desde 2002, mas sim como uma linguagem.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Fonte: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

Para refutar que a Libras é uma língua e não uma linguagem Miranda (2010), traz os termos definitórios de língua e linguagem como sendo conceitos totalmente diferentes, sendo a língua um sistema específico de comunicação utilizado por um grupo de pessoas com estrutura e regras gramaticais. Por outro lado, "linguagem" é um conceito mais amplo e abrange qualquer sistema que entregue aos seres humanos a capacidade para produzir, desenvolver e compreender a língua e outras manifestações, como a pintura, a música e a dança. Assim sendo, a Libras se encaixa na definição de Língua, pois é um idioma, e como qualquer outra língua inclui um conjunto de regras gramaticais, vocabulário e convenções de uso que permitem a comunicação entre os membros desse grupo.

Deste modo, fica evidente que o processo de interação da criança com o meio social deve ser pela ótica visuo-espacial. Pois essa abordagem reconhece a relevância dos estímulos visuais e da percepção espacial no desenvolvimento cognitivo e na compreensão do ambiente ao redor. Frisando que a abordagem visuo-espacial emerge como uma consideração essencial no apoio ao desenvolvimento integral das crianças surdas.

BNCC E O PROCESSO DA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS - A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL I.

A alfabetização na idade apropriada persiste como lema governamental, transcende gerações e sendo assimilado de maneira consistente de escola em escola. Este princípio visa garantir que cada criança desenvolva as habilidades de leitura e escrita no momento apropriado de seu percurso educacional, proporcionando uma base sólida para o aprendizado contínuo.

A busca pela alfabetização na idade apropriada reflete o comprometimento em equipar os estudantes com as ferramentas necessárias para enfrentar desafios acadêmicos e participar ativamente na sociedade. A implementação efetiva desse lema requer ações coordenadas entre educadores, políticas educacionais abrangentes e o envolvimento ativo das famílias.

A visão de que cada criança deve atingir a alfabetização em um estágio específico de sua jornada educacional destaca a importância de uma educação que seja adaptável e centrada no desenvolvimento individual de cada aluno. Conforme escrito no texto da BNCC, nesses anos iniciais, serão aprofundadas “experiências com a língua oral e escrita já iniciadas na família e na Educação Infantil” (BNCC, 2017, p. 85).

Sob essa abordagem, as competências de codificação e decodificação delineadas pela alfabetização, conforme explicitadas no texto da BNCC nos dois primeiros anos do ensino fundamental, englobam as seguintes habilidades:

Diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos); Desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras (denominada leitura "incidental", como exemplificado na leitura de logomarcas em rótulos), que posteriormente contribuirá para a fluência na leitura; Construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão; Identificar quais sons devem ser representados na escrita e como fazê-lo; Estabelecer a relação fonema-grafema, compreendendo que as letras representam sons específicos da fala em contextos particulares; Reconhecer a sílaba em sua diversidade como contexto fonológico dessa representação; Enfim, compreender a relação entre fonemas e grafemas em uma língua específica (BNCC, 2017, p. 89).

O processo alfabetizador no ambiente escolar assume uma importância crucial e decisiva na trajetória acadêmica dos alunos, demandando uma abordagem sensível que transcenda a mera reprodução mecânica no processo de aprendizado da língua escrita.

Entretanto, o processo de alfabetização de uma criança surda difere de uma criança ouvinte, ela necessita aprender duas línguas para se alfabetizar a Libras e a língua Portuguesa. Inicialmente, deve adquirir sua língua natural, a Língua de Sinais, antes de dominar a língua portuguesa na modalidade escrita.

Sua língua natural se dá pelo campo visuo-espacial, sabendo disso toda a estratégia de ensino, metodologias, habilidades a serem adquiridas devem partir da perspectiva da visualidade. Peguemos para análise discursiva, o documento da segunda etapa da Educação Básica (Fundamental I- anos iniciais) que está organizado em cinco áreas do conhecimento com orientações para o desenvolvimento linguístico e social (AR = Arte, CI = Ciências, EF = Educação Física, ER = Ensino Religioso, GE = Geografia, HI = História, LI = Língua Inglesa, LP = Língua Portuguesa).

Analisaremos as habilidades a serem trabalhadas nas disciplinas de Língua Portuguesa (1º ano) pois consideramo-na basilar para o aprimoramento da discussão em tela, haja vista estudo da disciplinas de Língua Portuguesa, ser crucial aos alunos surdos, haja vista que, só são considerados alfabetizados se dominarem a escrita da língua portuguesa na sua

modalidade escrita. O desenvolvimento dessas áreas do saber é essencial para enriquecer a experiência educacional e preparar abrangentemente os alunos para os desafios que enfrentarão no futuro.

(EF01LP02) Escrever, espontaneamente ou por ditado, palavras e frases de forma alfabética – usando letras/grafemas que representem fonemas.

(EF01LP05) Reconhecer o sistema de escrita alfabética como representação dos sons da fala.

(EF02LP03) Ler e escrever palavras com correspondências regulares diretas entre letras e fonemas (f, v, t, d, p, b) e correspondências regulares contextuais (c e q; e e o, em posição átona em final de palavra).

(EF01LP06) Segmentar oralmente palavras em sílabas.

<https://www.alex.pro.br/BNCC%20L%C3%ADngua%20Portuguesa.pdf>

No texto de apresentação, nos campos de atuação Leitura/escuta/Oralidade sob a perspectiva desenvolvimental das habilidades em destaque a serem desenvolvidas pelo alunado estão mais uma vez na perspectiva oral-auditivo, cada área do conhecimento explicita seu papel na formação integral dos alunos considerando tanto suas especificidades e demandas pedagógicas quanto características do alunado dessas fases da escolarização.

Assim como é para a criança surda em que seu processo alfabetizador se dá pelo meio de juntar sílabas que formam palavras que dão seu significado, para a criança surda ela vai aprender que seu processo alfabetizador se dará através inicialmente dos 05 (cinco) parâmetros da libras (configuração de mãos, localização, movimento, orientação, e expressão facial), separadamente não tem significado, mas quando juntos formam um sinal.

Ao passo que na aprendizagem da leitura, quando muda-se uma letra da palavra muda-se seu significado de igual modo é na Libras, ao mudar um dos parâmetros muda-se seu significado de significação. Percebemos aqui o processo de alfabetização na língua de sinais segue o mesmo padrão do aprendizado de leitura e escrita para os ouvintes, só que é dado pela visualidade.

Então pensemos, caso houvesse dentro da BNCC o reconhecimento da Libras como Língua, e fossem traçadas competências e habilidades específicas ao ser adquirida pela criança surda em cada faixa etária de idade, apontando conteúdos a serem trabalhados, estratégias e metodologias de ensino que priorize o desenvolvimento de sua língua natural de forma visuo-espacial, tais crianças não passariam pelo processo escolar tão prejudicados,

alheios ao que acontece ao seu redor, excluídos do direito inerente de uma educação igualitária já garantida pela constituição federal de 1988.

Sendo a BNCC reformulada, e nesse processo de reformulação tiver a participação de pessoas que conhecem o processo de aquisição da língua do aluno surdo, os professores que estão atuando em escolas bilíngues não ficariam tão perdidos em preparar suas sequências didáticas para seus alunos.

Desta forma defendemos a importância de começar a ensinar a Língua Brasileira de Sinais –Libras desde o início da alfabetização para as pessoas surdas, priorizando o seu contato com a cultura, comunidade, gramática e estrutura da língua sinalizada. Mesmo sendo uma política educacional recente, podemos dizer que no Brasil já progredimos na implementação dessa lei e, conseqüentemente, no reconhecimento e promoção do bilinguismo.

Entretanto, o Brasil possui poucas escolas Bilíngues na maioria das vezes essas escolas ficam distantes das casas das crianças surdas e por se tratar de pessoas carentes, em sua grande maioria, os familiares optam por colocar as crianças em uma escola inclusiva onde o mecanismo de ensino é no método oralista, dificultando ainda mais a inserção dessa criança na comunidade e na cultura surda.

Portanto, o Ensino Fundamental I vai além do aspecto acadêmico, abrangendo as dimensões físicas, psicológicas e sociais do desenvolvimento infantil-juvenil. Uma abordagem educacional holística durante essa fase contribui significativamente para a formação de indivíduos bem preparados e integrados na sociedade.

O ponto central é a compreensão de que a alfabetização não é apenas um passo isolado no aprendizado, mas uma habilidade fundamental que proporciona algo novo e surpreendente aos estudantes. A capacidade de ler e escrever não apenas abre portas para a inserção na cultura letrada, mas também amplia suas possibilidades de construir conhecimento em diferentes disciplinas. Além disso, destaca-se que essa competência concede aos estudantes maior autonomia e protagonismo em sua vida social.

Assim, o foco na alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental não é apenas um requisito inicial, mas uma base que capacita os estudantes a participarem ativamente na construção de conhecimento e no desenvolvimento de suas habilidades, promovendo um papel mais ativo e autônomo na sociedade. Essa abordagem reflete a perspectiva da Base Nacional Comum Curricular –BNCC de enxergar a alfabetização como um elemento crucial para o desenvolvimento global dos estudantes. Trazendo para discussão a área do saber o ensino da Língua Portuguesa o documento aponta:

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens. (BNCC, p. 67. 2017).

Ora, observe o trecho onde diz que os estudantes devem ser expostos a experiências que contribuam na ampliação de seu letramento, segundo Soares (2001) é quando usamos a escrita em situações sociais complicadas, quando alguém sabe ler e escrever, usa essas habilidades no dia a dia e consegue lidar bem com as necessidades sociais relacionadas à leitura e escrita. Portanto, através de práticas sociais constituída pela oralidade e escrita trazendo 6 eixos a serem trabalhados no ensino fundamental I, como, leitura. [...] no eixo Oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais[...]. (BNCC, p. 89, 2017).

Tudo isso é válido se a criança em questão for “Ouvinte”, mas o cerne da discussão aqui é a criança surda e seu processo de alfabetização. Se formos pensar pela óptica da BNCC lá nas competências específicas do ensino da língua portuguesa para o ensino fundamental-I na meta 01 (um) já fica claro que é necessário considerar e compreender o estudo da língua como fenômeno cultural.

Portanto, é imprescindível considerar a cultura surda na aquisição da língua para uma abordagem educacional eficaz é essencial. BNCC (2017, p. 89) traz a compreensão da língua como um fenômeno cultural, histórico, social, variável e heterogêneo fundamental para reconhecer a diversidade e complexidade da comunidade falante. Corroborando com o que explana o documento em análise, ao reconhecer a língua de sinais como parte integrante da cultura brasileira, é possível entender que essa língua não é apenas um meio de comunicação, mas também uma expressão identitária e um veículo crucial para a construção de identidades para os usuários surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência auditiva, substituída pela visualidade, proporciona desenvolvimento da língua melhorando aspectos de sua vida emocionais, sociais e cognitivas, mesmo quando aprendem a língua tardiamente, pois isso proporciona um meio autêntico de interação e expressão cultural. A sensibilidade aos contextos de uso da língua de sinais dentro da BNCC, especialmente na cultura surda, implica entender que a comunicação vai além do simples uso da língua falada. A língua visual-gestual é componente fundamental da expressão linguística na comunidade surda.

Com este breve estudo, percebemos que a comunicação é essencial para qualquer ser humano, para os surdos, a língua de sinais é a principal forma de se expressar. Por isso, a prática do ensino da Libras desde a educação infantil é fundamental para que possam se comunicar com o mundo ao seu redor, para o desenvolvimento cognitivo, para expansão do seu vocabulário e principalmente para expressarem suas ideias e opiniões de forma mais clara e organizada.

Apesar da importância da prática do ensino da língua de sinais para os surdos desde a primeira infância, existem muitos desafios que dificultam o acesso a materiais educativos e culturais. Um dos principais problemas é a falta de diretrizes metodológicas dentro da BNCC para nortear os professores no estudo de competências a serem desenvolvidas pelos alunos surdos. Portanto, depende-se que a BNCC tenha em seu documento metas de competências e habilidades próprias para o ensino de pessoas surdas. Este documento deve levar em consideração as necessidades linguísticas e culturais desse grupo, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como sua língua materna e promovendo sua valorização e uso no ambiente escolar. Pois ao estabelecer competências específicas para o ensino da Libras, a BNCC poderia contribuir para a valorização da identidade linguística e cultural das crianças surdas, promovendo uma educação mais inclusiva e respeitando os preceitos da Constituição Federal de 1988 em relação à igualdade de direitos.

Sendo a BNCC reformulada, e nesse processo de reformulação apresentar a participação de pessoas que conhecem o processo de aquisição da língua do aluno surdo, é possível que os professores que estão atuando em escolas bilíngues possam se instrumentalizar para (re) construir um processo mais condizente com as especificidades linguísticas de pessoas surdas e creditem as línguas presentes no 'Bi' do bilinguismo uma perspectiva aditiva sem descaracterizar uma em detrimento da outra.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**. Brasília: MEC, 2018.

LOPES, R. de C. S. **A relação professor aluno e o processo ensino aprendizagem**. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1534-8.pdf>> Acesso em: 30 out 2023.

MIRANDA, S. G. de. **Linguagem e língua: uma reflexão acerca da dialética ensino aprendizagem**. UFRB- Revista de Filosofia. GOIÁS. 2010. Acesso em: <<https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/462>>. Acesso em: 30 out 2023.

PEREIRA, K. F. **A BNCC e a alfabetização de crianças surdas: quais os caminhos possíveis?** . 2021. IFSC/PHB.

SANTOS JUNIOR, A. L.. **a extensão universitária e os entre-laços dos saberes**. Salvador-BA. UFB. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17554/1/A%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20E%20OS%20ENTRE-LA%C3%87OS%20DOS%20SABERES.pdf>>. Acesso em: 30 out 2023.

GONÇALVES, A. M.; PARLANDIN, A. L.. **Alfabetização da criança surda: concepções e identidades**. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>>. Acesso em: 30 out 2023.

Klein, A. F.; Krause, K. **O Processo De Alfabetização E Letramento Da Criança Surda Em L2 Numa Perspectiva Inclusiva**. Rio Grande do Sul. Disponível em: <<file:///home/professor/Downloads/8598-Texto%20do%20artigo-36219-1-10-20171218.pdf>>. Acesso em: 30 out 2023.

GONÇALVES, V. B.; MIRANDA, J. P. V. **Aquisição da linguagem: diferença entre crianças ouvintes e crianças surdas**. 2015. Brasília. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14815/1/2015_VanessaBatistaGoncalves_tcc.pdf>. Acesso em: 30 nov 2023.

KUBASKI, C.; MORAES, V. P.. **O bilingüismo como proposta educacional para crianças surdas**. IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE. 2019. UFMS. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/biliguismo.pdf>. Acesso em: 28 dez 2023.